



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Av^a de França, 549 – 4050-279 PORTO

Tel: 22 834 95 70 Fax: 22 832 54 94

CIRCULAR Nº 3 – 2006/2007

Para conhecimento das Associações, Clubes seus filiados, Rádio, Televisão, Imprensa e demais interessados a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, informa:

1 – TAÇA DE PORTUGAL

1.1 - TAÇA MASCULINA

1ª Eliminatória – 22 equipas

Divisão A1 (9) – SC Espinho; Vitoria SC; Esmoriz GC; SL Benfica; Castelo Maia GC;
Leixões SC; GC Vilacondense; AA Espinho; AA Coimbra;

Divisão A2 (10)- A.A S. Mamede; GD Gueifães; CD Fiães; CN Ginástica; Ala Nun' Alv.
Gondomar; CV Lisboa; CV Oeiras; SC Caldas; CF Aliança; AAA Amares

2ª Divisão (3) - CA Madalena; CD Povia; CV Espinho

Dia e Hora Oficial – Dia 05/11/06 – 16H00

Sorteio – Dia 19/10/06 pelas 18:30 na sede da FPV

2ª Eliminatória – 11 Equipas

Dia e Hora Oficial – 08/12/06 – 16:00

Sorteio – Dia 22/11/06 pelas 18:30 na sede da FPV

1.2 - TAÇA FEMININA

1ª Eliminatória – 18 equipas

Divisão A1(6) – CA Trofa; Boavista FC; Academico VC; GD Gueifães; Lusofona VC;
Leixões SC.

Divisão A2 (10) – Ala Nun' Alv. Gondomar; C.C.R. Fermentões; CD Povia; AA Coimbra;
CV Oeiras; GC Stº Tirso; Juv. Pacense; Clube Técnico Voleibol;
CF Belenenses; SC Braga.

2ª Divisão (2) - SC Arcozelo; CV Lisboa.

Dia e Hora Oficial – 04/11/06 – 16:00

Sorteio – Dia 19/10/06 pelas 18:45 na sede da FPV

2ª Eliminatória – 12 Equipas (6 apuradas + 6 isentas)

Dia e Hora Oficial – 08/12/06 – 16:00

Sorteio – Dia 22/11/06 pelas 18:45 na sede da FPV

.../...

2– CAMPEONATOS NACIONAIS DOS ESCALÕES DE FORMAÇÃO–MASCULINO

2.3 – INICIADOS MASCULINOS – RECTIFICAÇÃO ↩

1ª FASE ZONAL

2.3.1 – Inter Regional - AV Porto; AV Braga; AV Viana

A.V. Porto (10)- AA S. Mamede; Ala Gondomar; Esmoriz GC; CD Póvoa, SC Espinho; CD Fiães; GC Vilacondense; GD Gueifães; G St Tirso; Castelo Maia GC.

A.V. Braga (1)- AA Amares

A.V. Viana(1) - VC Viana

Organização_ Associação Voleibol Porto

Total – 12
Apura – 12

2.3.2 – Inter Regional – AV Lisboa / AV Coimbra / AV Evora

A.V. Lisboa (1) - SL Benfica

A.V. Coimbra (1) - CAIC.

A.V. Evora (1) - Moura VC; **GD André Resende** ↩

Organização_ Assoc. Voleibol de Lisboa

↘
Total – 04
Apura – 04

Em Anexo: Portaria Nº 816/97 de 05 de Setembro – Dopagem no Desporto “Instalações para o controlo de Dopagem”

Porto e Secretaria da Federação Portuguesa de Voleibol, 12 de outubro de 2006

A DIRECÇÃO



CONSELHO NACIONAL ANTIDOPAGEM



Instituto do Desporto de Portugal

956
RECEBIDO 04 OUT. 2006

Exmo. Sr. Presidente da
Federação Portuguesa de Voleibol
Avenida de França, 549.
4050-279 - PORTO

Sua Referência:	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		1447 / CNAD / 2006	2006.10.02
ASSUNTO:	INSTALAÇÕES PARA O CONTROLO DE DOPAGEM		

Exmo. Senhor Presidente.

Na sequência da V. solicitação, junto envio cópia da Portaria N.º 816/97, de 5 de Setembro, diploma que regulamenta o combate à dopagem no desporto. Neste diploma consta, no seu artigo 5.º, a matéria que se prende com a adequação das instalações a disponibilizar para a realização dos controlos de dopagem. Em anexo ao supracitado diploma, é apresentado um modelo tipo de instalação para o controlo de dopagem.

Com os melhores cumprimentos.


Luís Horta

[16]

PORTARIA N.º 816/97, DE 5 DE SETEMBRO

(Regulamenta o combate à dopagem no desporto)

Importa regulamentar o disposto no Decreto-Lei n.º 18.997, de 26 de Junho, que estabelece medidas de combate à dopagem no desporto.

A regulamentação faz-se ao abrigo do disposto no artigo 34.º do referido diploma legal.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Desporto, aprovar o seguinte:

1.º — 1 — As acções de controlo antidopagem a que se refere o presente diploma têm por objecto as modalidades desportivas organizadas no âmbito das federações desportivas ou multidesportivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva.

2 — Mediante protocolo a estabelecer com o CNAD, podem ainda ser objecto de acções de controlo as modalidades desportivas organizadas no âmbito de entidades não compreendidas no número anterior.

2.º — 1 — Até ao início de cada época desportiva, devem as federações desportivas submeter ao CNAD as suas necessidades no que concerne ao controlo antidopagem.

2 — As acções de controlo a realizar em cada época são efectuadas de acordo com o plano nacional antidopagem fixado pelo CNAD.

3.º — 1 — As análises a realizar são de carácter ordinário ou extraordinário.

2 — São de carácter ordinário as análises que se compreendam no plano nacional antidopagem fixado pelo CNAD.

3 — São de carácter extraordinário as restantes.

4 — O custo das análises de carácter ordinário é suportado pelo organismo responsável pelas acções de controlo, sendo por conta das entidades que as solicitarem o custo das análises de carácter extraordinário.

4.º — 1 — As acções de controlo antidopagem são realizadas por médicos devidamente credenciados pelo CNAD.

2 — Os médicos a que se refere o número anterior devem ter formação adequada, estar especialmente habilitados para o efeito e ser seleccionados pelo Instituto Nacional do Desporto (IND).

3 — Quando convocados para acções de controlo, os médicos devem ser independentes relativamente à modalidade desportiva que vão controlar.

4 — A credenciação dos médicos e dos elementos do CNAD será atestada por carta de identificação de modelo a aprovar por despacho do presidente do IND publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

5.º — 1 — As acções de controlo serão realizadas em instalações adequadas, de fácil acesso e devidamente assinaladas, que garantam condições mínimas de higiene, segurança, privacidade e conforto aos seus utilizadores.

2 — Os clubes e as federações devem providenciar no sentido de facilitar ao médico da brigada de controlo instalações de acordo com o disposto no número anterior.

3 — As instalações referidas devem, sempre que possível, corresponder ao modelo tipo publicado no anexo 1 à presente portaria.

6.º — 1 — Nas acções de controlo de carácter extraordinário devem as entidades que as solicitarem indicar o dia, a hora e o local em que as mesmas se devam realizar com a antecedência mínima de quatro dias úteis em relação ao evento, juntando ao pedido o valor das análises solicitadas.

2 — Nos pedidos referidos no número anterior devem ainda as entidades interessadas comprometer-se a fornecer instalações adequadas ao controlo a realizar.

7.º — O médico da brigada pode, sempre que entenda que as instalações são inadequadas ao controlo a realizar, determinar que o mesmo se realize noutra local, sendo os custos de deslocação, se os houver, suportados pela entidade obrigada a fornecer a instalação.

8.º — 1 — As acções de controlo podem igualmente ser realizadas em estabelecimentos de saúde, quando não seja possível a federação, ao clube ou à entidade responsável pela organização do evento obter instalações adequadas e o médico da brigada nisso concordar.

2 — Quando as acções de controlo se realizarem nos termos do número anterior, os estabelecimentos de saúde devem ser avisados com a antecedência mínima de três dias úteis, sendo os encargos suportados pela entidade obrigada a fornecer a instalação.

3 — As acções de controlo podem ainda ser realizadas em unidades móveis de apoio especialmente deslocados para o efeito.

9.º — 1 — Os regulamentos federativos devem prever com clareza os métodos de selecção dos praticantes a submeter ao controlo, prevendo, designadamente, as seguintes hipóteses:

- Selecção dos praticantes fora de competição;
- Selecção dos praticantes em competição;
- Selecção dos praticantes nas modalidades desportivas colectivas;
- Selecção dos praticantes nas modalidades desportivas individuais.

2 — Nos casos referidos na alínea a) pode o CNAD, sempre que o entender, mandar realizar acções de controlo, sem aviso prévio, a qualquer praticante desportivo por si seleccionado.

3 — Nas modalidades colectivas, a selecção dos praticantes deve ser feita por sorteio, salvo o disposto no n.º 5.

4 — Nas modalidades desportivas individuais devem ser obrigatoriamente previstos controlos a um determinado número de praticantes classificados nos primeiros lugares da prova e a outro número de praticantes a seleccionar por sorteio.

5 — Em qualquer dos casos referidos nos n.ºs 3 e 4 pode o médico da brigada sujeitar ao controlo qualquer outro praticante cujo comportamento na competição se tenha revelado anómalo do ponto de vista médico ou desportivo.

10.º — 1 — A realização de uma acção de controlo em competição é notificada no local aos delegados dos clubes, da federação ou da entidade organizadora respectiva, de acordo com as normas definidas pela federação internacional de cada modalidade desportiva.

2 — O médico pode notificar o atleta por escrito ou oralmente, devendo, neste caso, confirmar a notificação por escrito.

3 — Após a notificação, todos os praticantes desportivos intervenientes nessa prova ou manifestação desportiva ficarão sob vigilância e à disposição do médico da brigada, não podendo, sem sua autorização, abandonar o local onde a mesma se realizar.

4 — No final do evento desportivo em causa devem todos os praticantes intervenientes inquirir junto do médico da brigada se foram seleccionados para se submeter ao controlo, devendo os que o tiverem sido apresentar-se imediatamente ao controlo.

5 — Se um atleta não se apresentar no local de controlo dentro do prazo determinado, este facto deve ser anotado no formulário do controlo.

6 — Devem ainda ser anotados no formulário do controlo todos os esforços realizados para contactar o atleta dentro do prazo máximo de uma hora a contar do termo do prazo referido no número anterior.

11.º — 1 — Os clubes, a federação ou a entidade organizadora do evento desportivo onde o controlo se realizar devem providenciar no sentido de o médico da brigada ser imediatamente informado se um praticante seleccionado para o controlo tiver sido retirado do local a fim de ser sujeito a assistência médica por motivo de lesão.

2 — Igual obrigação impende sobre o praticante desportivo em causa.

3 — No caso referido no n.º 1, o médico deve determinar as medidas necessárias para assegurar a realização do controlo.

12.º — 1 — Nos períodos fora de competição, qualquer praticante desportivo, quando seleccionado, deve submeter-se ao controlo antidopagem, logo que para tal seja notificado pelo médico da brigada, pela federação em que esteja filiado ou pelo CNAD.

2 — A amostra deve ser colhida o mais rapidamente possível, não podendo o período máximo entre a notificação e a colheita daquela ser superior a vinte e quatro horas.

3 — As acções de controlo sobre praticantes desportivos que se encontrem fora do território nacional podem ser solicitadas pela respectiva federação à sua congénere do país em que o praticante se encontre, a fim de serem por esta, ou sob a sua égide, executadas.

13.º No âmbito de acordos bilaterais celebrados com as autoridades desportivas de outros países, podem ser realizadas acções de controlo no estrangeiro a cidadãos nacionais, bem como a cidadãos estrangeiros em território português.

14.º O não cumprimento do disposto nos artigos anteriores é considerado falta voluntária no controlo ou inviabilização voluntária da realização do mesmo, devendo ser sancionado com as penas correspondentes à verificação efectiva da dopagem.

15.º — 1 — A recolha das amostras de líquido orgânico a analisar é feita pelo médico da brigada nomeado para o efeito.

2 — O praticante pode fazer-se acompanhar, querendo, por uma pessoa da sua confiança, devendo identificar-se através de documento legal para os devidos efeitos.

3 — Sempre que solicitado pelo atleta, o médico deve apresentar as suas credenciais.

4 — No início da operação de recolha, o médico explicará ao praticante o procedimento da colheita e informá-lo-á de que este tem o direito de seleccionar o material destinado a ser utilizado no seu caso.

5 — O atleta deve ser informado pelo médico da brigada de que, para seu interesse, deve declarar toda a medicação feita no período anterior ao controlo.

6 — No momento da colheita o praticante deve observar estritamente o que lhe seja determinado pelo médico da brigada.

16.º — 1 — A recolha só se considera efectuada quando se tiver um mínimo de 75 cm³ de urina, que serão repartidos, nos termos fixados pelo médico, pelos dois frascos escolhidos pelo praticante, os quais serão de imediato fechados, selados e codificados.

2 — O praticante que não puder fornecer o volume de líquido orgânico suficiente ficará sob vigilância do médico da brigada até que o possa fazer, podendo tomar as bebidas que o médico autorizar.

3 — O médico pode recusar uma amostra de urina que se lhe não afigure normal, mandando repetir a colheita, designadamente quando se trate de amostra com um pH superior a 7 ou com uma densidade específica inferior a 1,010.

17.º Cada operação de controlo é titulada pelo impresso de modelo publicado no anexo II à presente portaria, o qual deve ser obrigatoriamente subscrito pelo praticante e pelo médico da brigada.

18.º A não concordância de qualquer das partes relativamente ao processo de recolha das amostras deve ser declarada no formulário antes de ser assinado.

19.º — As brigadas de controlo podem ser integradas, para além do ou dos médicos encarregados de supervisionar as recolhas, pelo pessoal que os serviços considerem conveniente.

20.º — 1 — Os clubes e demais entidades organizadoras de eventos desportivos são responsáveis pela segurança do médico da brigada e do respectivo equipamento, devendo, nomeadamente, providenciar para que este possa realizar a sua acção em total tranquilidade.

2 — Se o médico da brigada entender que não estão reunidas condições para, com dignidade, desempenhar a sua missão, disso dará conta em relatório, recusando-se a fazer o controlo.

3 — No caso referido no número anterior, o clube identificado pelo médico como responsável pela falta de segurança será punido pela respectiva federação como tendo inviabilizado a realização do controlo.

4 — Os factos constantes do relatório do médico e por ele presenciados fazem fé, até prova em contrário.

21.º — 1 — Ainda no local de controlo, todas as amostras recolhidas devem ser devidamente acondicionadas em mala apropriada, que deve ser selada e acompanhada de um formulário de cadeia de custódia que mencione todas as informações relativas ao conteúdo da mesma.

2 — O envio das amostras, através de transporte seguro, deve ser concretizado o mais rapidamente possível após o controlo ter sido concluído.

3 — As amostras devem permanecer em lugar seguro e fresco até serem enviadas ao laboratório.

4 — O IND providenciará para que as amostras recolhidas sejam enviadas ao Laboratório de Análises de Dopagem e Bioquímica, a fim de serem analisadas, devendo os resultados ser transmitidos às respectivas federações.

22.º — 1 — Caso o resultado da análise indique a existência de dopagem, a federação respectiva será informada confidencialmente do facto, bem como do dia e hora estabelecido para a realização da segunda análise.

2 — A segunda análise é iniciada pelo IND, sob proposta do Laboratório de Análises de Dopagem e Bioquímica, até ao 10.º dia útil posterior ao conhecimento do resultado da primeira análise, devendo conceder-se a facultade aos interessados da escolha e indicação dos seus peritos.

3 — Por deliberação do CNAD, podem ser estabelecidos ou recomendados às federações desportivas os procedimentos administrativos mais convenientes para assegurar a confidencialidade das comunicações referidas no presente artigo.

23.º — 1 — Na realização da segunda análise podem estar presentes ou fazer-se representar o praticante, o seu clube e a federação respectiva.

2 — Qualquer das entidades referidas no número anterior pode delegar tal representação ou fazer-se assistir por um perito da sua confiança.

3 — O acesso ao laboratório é reservado aos peritos indicados nos termos do número anterior.

4 — Do que se passar na segunda análise será lavrada acta, que deve ser

subscrita pelos presentes e remetida cópia para a respectiva federação, por forma a actuar os mecanismos disciplinares.

24.º — 1 — Caso não se tenha feito representar no acto da segunda análise, a federação interessada deve ser de imediato notificada do resultado daquela diligência.

2 — A suspensão preventiva a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 183/97, de 26 de Junho, será obrigatoriamente determinada pela federação em causa até ao 3.º dia posterior ao da realização da segunda análise positiva.

25.º — 1 — Os regulamentos referidos no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 183/97, de 26 de Junho, devem ser submetidos à aprovação do CNAD, a fim de ser verificada a sua conformidade com a legislação antidopagem.

2 — As alterações aos regulamentos referidos no presente artigo ficam sujeitas às mesmas formalidades e só podem ser aplicáveis a partir do início da época desportiva imediatamente posterior à sua adopção.

3 — Os regulamentos federativos antidopagem, bem como as suas alterações, ficam registrados no CNAD.

26.º — 1 — As federações desportivas devem informar, no prazo de quarenta e oito horas, o CNAD de todas as decisões tomadas em matéria de dopagem.

2 — O CNAD pode solicitar os esclarecimentos que entender, com o objectivo de avaliar a acção desenvolvida por cada federação no cumprimento da legislação antidopagem.

Presidência do Conselho de Ministros.

Assinada em 4 de Agosto de 1997.

O Secretário de Estado do Desporto, *Júlio Francisco Miranda Calha*.

ANEXO I

(Artigo 5.º)

Modelo tipo de instalação para o controlo antidopagem



A — Sala de espera

B — Gabinete médico

C — Área de duchas